

AVALIAÇÃO EXTERNA: UM ESTUDO COMPARADO

Lima, Ianne Magna de
Borges, Daniele Simões
Neves, Camila Ferreira Pinto das
Cofferi, Fernanda Fátima
Alvarenga, Bruna Telmo
Alvarenga, André Martins
Ortiz, Eliana
Tauchen, Gionara
giotauchen@gmail.com

Evento: XXIV Congresso de Iniciação Científica

Área do conhecimento: Educação – Planejamento e Administração

Palavras-chave: educação comparada; estudo comparado; avaliação externa

1 INTRODUÇÃO

O conhecimento, na sociedade da informação e da competitividade, é fator capital para o desenvolvimento da economia local e global e, em geral, nos países latinos e africanos, o *locus* para o seu desenvolvimento e produção são as instituições de Educação Superior, especialmente as universitárias. Porém, contraditoriamente, a expansão privada e a diversificação das instituições, entre outros fatores, provocaram crises na universidade e na própria capacidade de regulação dos Estados. Neste cenário, os diversos países vêm organizando sistemas de avaliação externa das instituições de Educação Superior com a intenção de acreditação, qualificação, *accountability* e controle. Neste contexto, o presente estudo, organizado na perspectiva dos estudos comparados, pretende discutir os princípios e os critérios orientadores dos processos de avaliação externa que incidem sobre a organização das instituições de Educação Superior do Brasil, de Cabo Verde e de Moçambique.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Independente do modelo ou configuração, os diversos países vêm organizando sistemas de avaliação externa das instituições de Educação Superior com a intenção de acreditação, qualificação, *accountability* e controle. A qualidade dos macroprocessos é intrínseca a todos os agentes numa perspectiva de melhoria contínua. A avaliação externa tem sido a “ferramenta principal da organização e implementação das reformas educacionais. Produz mudanças nos currículos, nas metodologias de ensino, nos conceitos e práticas de formação, na gestão, nas estruturas de poder, nos modelos institucionais, nas configurações do sistema educativo [...]” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 195).

Entretanto, apesar dos esforços, os sistemas nacionais de avaliação têm apresentado dificuldades em identificar os indicadores qualitativos, o conceito de qualidade e os processos para sua realização (BERTOLIN, 2009). A polissemia de entendimentos sobre a qualidade da educação não confere universalidade ao conceito. Bertolin (2009) sugere a predominância de três tendências: a) a economicista, vinculada ao crescimento da economia, empregabilidade e eficiência; b) a pluralista, voltada ao desenvolvimento econômico, cultural, social e democrático,

considerando a diferenciação, pertinência e participação; e c) a equidade, orientada para a promoção da igualdade de oportunidades e coesão social.

3 MATERIAIS E MÉTODOS (ou PROCEDIMENTO METODOLÓGICO)

O estudo ancora-se na perspectiva dos estudos comparados, entendendo que a compreensão científica atual tem exigido a investigação de contextos diversificados de modo a elucidar problemas comuns. Para tanto, buscamos refletir acerca das perspectivas de avaliação externa da Educação Superior no Brasil, em Cabo Verde e em Moçambique. Por meio de um estudo comparado (COWEN, KAZAMIAS, ULTERHALTER, 2012) entre os países buscamos discutir a legitimidade das avaliações no que se refere ao conceito de qualidade.

4 RESULTADOS e DISCUSSÃO

A avaliação vem sendo utilizada para orientar as políticas públicas no setor e garantir a excelência das instituições diante das necessidades do desenvolvimento do sistema economia. Trata-se de um fato que tem minimizado a autonomia das universidades que, empenhadas no atendimento de critérios objetivos, têm se transformando em espaços de gerenciando numérico em detrimento da produção humana e científica. O foco tem sido a “qualificação” enquanto estratégia de conseguir recursos e participação nas deliberações públicas. Desse modo, entre a busca por padrões de qualidade e a atuação do Estado, percebemos o ensino superior desses países sustentado por uma cultura, cada vez maior, de padronização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluímos que a expansão da Educação Superior, nos países envolvidos no estudo, evidenciou as demandas sociais por oportunidades de ensino, às quais desencadearam o aumento nos investimentos dos Estados com a Educação Superior pública, provocando pressões por maior transparência e responsabilização no uso dos recursos públicos. Assim, a avaliação externa vem se firmando como um instrumento de regulação da qualidade das IES e de gestão da agenda educacional dos dois países. Por isso, entende-se que a criação de sistemas de avaliação externa vincula-se à necessidade de regulação dos Estados e à indução da qualidade dos sistemas educacionais, num cenário de diversificação de modelos institucionais, de expansão do acesso à Educação Superior e de integração e de reconhecimento internacional.

REFERÊNCIAS

BERTOLIN, Júlio. Qualidade em educação superior: da diversidade de concepções à inexorável subjetividade conceitual. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, v. 14 n. 1, p. 127-149, mar. 2009.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do PROVÃO ao SINAES. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

COWEN, Robert; KAZAMIAS, Andreas M.; ULTERHALTER, Elaine.(Orgs.) **Educação comparada: panorama internacional e perspectivas**. v.1. Brasília: Capes/ UNESCO. 2012.